

Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa

Challenges in fighting menstrual poverty: an integrative review

DOI:10.34119/bjhrv5n2-100

Recebimento dos originais: 15/02/2022

Aceitação para publicação: 24/03/2022

João Carlos Cassimiro

Graduando em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Endereço: Rua Pedro Castorina, nº 71, Bela Vista. Patos de Minas-MG, Brasil

E-mail: joaocassimiro@unipam.edu.br

Bruna Carolina Pereira Cruz

Graduanda em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Endereço: Rua Aristeu Caetano de Andrade, nº 1643, Laranjeiras. Patos de Minas-MG, Brasil

E-mail: brunacarolinacruz21@gmail.com

Caroline Borges Moreira

Graduanda em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Endereço: Rua Diacuí, nº 226, Caiçaras. Patos de Minas-MG, Brasil

E-mail: carolinemoreira15@hotmail.com

Maria Caroline Takahashi dos Santos

Graduanda em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Endereço: Rua Xavantes, nº 167, apartamento 307, Caiçaras. Patos de Minas-MG, Brasil

E-mail: mariactakahashis@gmail.com

Marisa Costa Peixoto

Mestrado em Saúde da Família pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituição: Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Endereço: Rua Major Gote, nº 808, Caiçaras. Patos de Minas-MG, Brasil

E-mail: marisacp@unipam.edu.br

RESUMO

Objetivo: mostrar as fragilidades econômicas e sociais que envolvem a dignidade menstrual das mulheres afetadas pela falta de políticas públicas nesse campo e suas repercussões na saúde física e emocional. Metodologia: o presente estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura sobre os desafios diante da pobreza menstrual. A busca foi realizada no mês de setembro de 2021. Foram considerados estudos publicados no período compreendido entre 2015 e 2021. Resultados e Discussões: A pobreza menstrual não pode ser entendida somente pela escassez de recursos financeiros para adquirir produtos de higiene, mas também como um reflexo dos fatores sociais, como a desigualdade social e de gênero, sendo vista como um tabu. Diante disso, falar em precariedade é dialogar sobre políticas públicas capazes de abolir estigmatizações que existem em algumas partes do mundo e que limitam o apoio adequado às

peças que menstruam e torna a higiene um desafio. Conclusão: a precariedade menstrual é entendida, principalmente, como uma reprodução da desigualdade social e de gênero e pela escassez de recursos financeiros voltados para o saneamento básico. Além da falta de conhecimento concedido, as próprias instituições não apresentam infraestrutura e acessos sanitários dignos, como banheiros, sistemas de descarte limpos, água e sabão, para proporcionar o básico para consolidação dos direitos humanos. Faz-se necessário o cumprimento de projetos, programas e políticas públicas que visam o combate à precariedade menstrual, a fim de alcançar a paridade de gênero e a menstruação digna às mulheres.

Palavras-chave: desigualdade de gênero, desigualdade social, higiene menstrual, menstruação, políticas públicas e saúde da mulher.

ABSTRACT

Objective: to show the economic and social weaknesses that involve the menstrual dignity of women affected by the lack of public policies in this field and their repercussions on physical and emotional health. **Methodology:** the present study consists of an integrative literature review on the challenges facing menstrual poverty. The search was carried out in September 2021. Studies published between 2015 and 2021 were considered. **Results and Discussions:** Menstrual poverty cannot be understood only by the lack of financial resources to purchase hygiene products, but also as a reflection of social factors, such as social and gender inequality, being seen as a taboo. Given this, talking about precariousness is talking about public policies capable of abolishing stigmatizations that exist in some parts of the world and that limit adequate support for people who menstruate and make hygiene a challenge. **Conclusion:** menstrual precariousness is understood mainly as a reproduction of social and gender inequality and the scarcity of financial resources aimed at basic sanitation. In addition to the lack of knowledge granted, the institutions themselves do not have decent infrastructure and access to sanitation, such as bathrooms, clean disposal systems, soap and water, to provide the basics for the consolidation of human rights. It is necessary to comply with projects, programs and public policies aimed at combating menstrual precariousness, in order to achieve gender parity and dignified menstruation for women.

Keywords: gender inequality, social inequality, menstrual hygiene, menstruation, public policies and women's health

1 INTRODUÇÃO

O ciclo menstrual é fisiológico e ocorre durante o processo reprodutivo feminino, desencadeado pela não fertilização do óvulo, durante a vida fértil da mulher. Em algumas culturas há condenação do sangue menstrual como sinônimo de impureza. Já em outras, a menstruação é tida como um símbolo do poder feminino, além de ser indicativa de fertilidade (VARGENS, *et al.*, 2019).

O início do ciclo reprodutivo da mulher, denominado puberdade, traz consigo inúmeras alterações biopsicossociais, uma vez que, além das alterações fisiológicas do corpo, têm-se as mudanças no comportamento e no pensamento delas diante dessa nova fase de suas vidas (RATTI *et al.*, 2015). Contudo, nem todas as pessoas têm acesso a recursos e infraestrutura para

cuidar da menstruação, definindo, assim, a pobreza menstrual, no qual tal acontecimento abrange tanto fatores transdisciplinares, como multidimensionais (UNICEF, 2021).

Os tabus, que envolvem tal temas, ainda estão presentes na sociedade, sendo considerado um aspecto negativo, no qual muitas mulheres evitam falar sobre o assunto em público e procuram esconder esse período de sangramento das demais pessoas (BRITO MAPR, 2021). Além do mais, os aspectos culturais e ideológicos de cada etnia vão influenciar nas expectativas e normas relacionados à menstruação e na saúde geral das mulheres expostas à essas crenças, influenciando na maneira como elas veem e avaliam o ato de menstruar (HERMOSA AB e MEJIA RC, 2015).

A problemática que envolve a dignidade menstrual é mundial, pois percebe-se que bilhões de mulheres não têm acesso eficaz aos meios de higiene básica e pessoal, que incluem produtos como absorventes descartáveis ou outros tipos de protetores menstruais, caracterizando uma fragilidade econômica e social (ASSAD, 2021). Seguindo o mesmo cenário, o Brasil representa para essas mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, acesso desigual a direitos e oportunidades. Essa situação contribui para retroalimentação dos ciclos transgeracionais de inequidades de gênero, raça, classe social, além de impactar negativamente a trajetória educacional e profissional dessas pessoas (UNICEF, 2021).

As mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam são mais afetados pelo difícil acesso aos meios de higiene básica devido às necessidades biológicas. Explica-se: a microbiota do órgão genital feminino encontra-se em constante equilíbrio e, com isso, necessita de uma higiene correta e eficaz para a prevenção de infecções. A importância da higiene pessoal se intensifica durante a gravidez e os períodos de menstruação. (ASSAD BF, 2021). Contudo, o custo elevado dos absorventes femininos obriga mulheres, meninas, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam a recorrerem a métodos inseguros para conter a menstruação, como a utilização de papéis, jornais, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou a reutilização de absorventes descartáveis. Esse ato coloca a saúde física dessas pessoas em risco (QUEIROZ, 2015). Pode-se listar as vulvovaginites e infecções do trato urinário, como consequências físicas da pobreza menstrual. O agravamento de alguns destes quadros pode, inclusive, levar à morte. (AMARAL, 2020).

A pobreza menstrual, além de afetar a saúde física e psíquica de várias pessoas, ainda conserva e intensifica a desigualdade entre gêneros (AMARAL, 2020). As meninas deixam de frequentar as escolas por não conseguirem controlar a menstruação, o que claramente prejudica seu desempenho escolar. Além de reforçar a ideia de que se trata de algo sujo e impuro, que

deve ser escondido. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) (2020), 10% das meninas perdem aula quando estão menstruadas.

Além da omissão e negligência do Estado no que se refere ao combate à pobreza menstrual, o absorvente feminino ainda é altamente tributado no Brasil, comparado com o resto do mundo. Por essa razão, tampões são muito caros e pouco acessíveis para uma parte considerável da população (ASSAD, 2021). Nesse sentido, apesar da criação de políticas públicas variar de acordo com a legislação e com a área de atuação, notoriamente, é função do Estado formular e aplicar políticas públicas, no intuito de potencializar o bem-estar social (DIAS; MATOS, 2012).

O movimento feminista internacional encontra-se situado no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos a favor dos direitos das mulheres. O reconhecimento desses direitos adveio após a fundação da ONU, em 1945, e com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e englobamento de questões de gênero, em 1952 (POLITIZE, 2021). Estados - membros da ONU - devem tomar ações na promoção da igualdade de gênero e no combate às violações dos direitos das mulheres, com o objetivo de eliminar a discriminação e práticas que estejam baseadas na ideia de inferioridade de gênero ao redor do mundo (BRITO, 2021).

O tabu acerca do tema varia de cultura para cultura, com isso a desinformação sobre o assunto é presente em todos os países do mundo. Assim, pode-se acrescentar à pobreza menstrual o fator da incompreensão, além do fator da vergonha. As garotas têm baixos níveis de conhecimento sobre a menstruação pré-menarca, sendo que, dessas, 64% alcançaram a menarca com medo, em Bangladesh (BOSCH, 2008). Porém, a maioria das mães (88,6%) concordam que as adolescentes deveriam ser informadas sobre o corpo e as mudanças da puberdade. Ademais, 98% das meninas sentiram que deveriam ter sido ensinadas sobre as alterações corporais decorrentes da puberdade (COAST E; LATTOF; STRONG, 2019).

Haja vista a relevância de evidenciar os desafios no combate à pobreza menstrual no Brasil, o presente estudo tem como objetivo, por meio de revisão de literatura, com caráter sistemático, mostrar as fragilidades econômicas e sociais que envolvem a dignidade menstrual das mulheres afetadas pela falta de políticas públicas nesse campo e suas repercussões na saúde física e emocional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura sobre os desafios diante da pobreza menstrual. Para elaboração da questão de pesquisa da revisão integrativa,

utilizou-se a estratégia PICO (Acrônimo para *Patient, Intervention, Comparison e Outcome*). Assim, a questão de pesquisa delimitada foi “A saúde da mulher que tem acesso à higiene menstrual experimenta menor desigualdade social quando comparada às mulheres em pobreza menstrual?” Nela, temos P= Saúde da mulher; I= acesso à higiene menstrual; C=pobreza menstrual e O= reduz as desigualdades sociais.

Para realização dessa revisão foram seguidos os passos de: definição do tema, elaboração da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de busca na literatura e de inclusão e exclusão de artigos; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados e categorização dos estudos; análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão como síntese do conhecimento.

As fontes de informações eletrônicas foram as bases de dados foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico, EBSCO, National Library of Medicine National Institutes of Health (PUBMED) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

A busca foi realizada no mês de setembro de 2021. Foram considerados estudos publicados no período compreendido entre 2015 e 2021. Os dados foram buscados a partir dos seguintes descritores de saúde: desigualdade de gênero, desigualdade social, higiene menstrual, menstruação, políticas públicas e saúde da mulher.

Todos os artigos foram avaliados pelos títulos e resumos e, nos casos em que esses não foram suficientes para determinar a elegibilidade, verificou-se a publicação na íntegra.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos originais que abordassem o tema pesquisado e permitissem acesso integral ao conteúdo do estudo, sendo excluídos aqueles estudos que não obedeceram aos critérios de inclusão supracitados. Foram encontrados 3417 artigos relacionados e após leitura criteriosa das publicações, 3400 artigos não foram utilizados, devido aos critérios de exclusão. Dessa forma, 17 artigos foram selecionados para análise final e construção da revisão bibliográfica acerca do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1- Artigos selecionados para leitura e análise dos desafios relacionados à pobreza menstrual

AUTOR	ANO	ACHADOS PRINCIPAIS
ASSAD, B. F.	2021	<ul style="list-style-type: none">• A precariedade menstrual não pode ser entendida como a mera falta de condições financeiras para adquirir produtos de higiene menstrual.• Ela reflete um problema sistêmico de desigualdade social e gênero

RATTI, C. R.; et. al	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio de um olhar mais amplo, percebe-se que o discurso publicitário reflete a idealização gerada pelo patriarcado quanto à menstruação e reforça a ideia de que se trata de algo sujo, impuro e que deve ser escondido. • Além disso, o movimento feminista tem contribuído para fornecer debates sobre a menstruação, bem como para o empoderamento das mulheres.
NERIS, B. B. dos Santos	2020	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema tributário atual tem nutrido a desigualdade de gênero, já que onera as mulheres com altas tributações sobre o absorvente feminino, sendo o Brasil um dos países com impostos mais altos. • Assim, essas altas taxas de impostos fazem com que o absorvente seja considerado supérfluo, apesar de a menstruação não ser opcional.
HERMOSA, A. B.; MEJIA, R. C.	2015	<ul style="list-style-type: none"> • Neste estudo, o principal medo encontrado nas mulheres foi o de ter contato com a água e adoecer. • Essas proibições podem ter se originado do controle necessário da água nas regiões estudadas e se configuram como uma forma de discriminação e segregação social, política e religiosa, bem como uma maneira de manipular a mulher para fins econômicos
GONZÁLEZ, D. P. M.; CÁRDENAS, R.	2019	<ul style="list-style-type: none"> • A menstruação envolve fatores sociais, políticos e econômicos e deve ser dada a devida importância a esse tema, pois a adoção de políticas públicas nessa questão gera inúmeros benefícios como diminuir desigualdades sociais, potencializar academicamente e laboralmente as mulheres, aumentar a economia do país, diminuir a desigualdade de gênero e empoderar as mulheres.
MEDINA-PERUCHA, L. et al.	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Ao longo da história, a importância da saúde menstrual tem sido negligenciada, em razão de tabus e equívocos quanto à menstruação e também em decorrência do androcentrismo no conhecimento e nos sistemas de saúde do mundo. • Também há falta de atenção sobre a pobreza menstrual referente às barreiras financeiras, sociais, culturais e políticas para o acesso a artigos menstruais e à educação.
ROSSOUW, L.; ROSS, H.	2021	<ul style="list-style-type: none"> • A escassez de locais seguros para manuseio da higiene menstrual e a desigualdade no acesso a absorventes femininos para mulheres e meninas pobres em países de baixa renda causam consequências na sua saúde e dignidade e precisam ser priorizados.
SOMMER, M. et al.	2016	<ul style="list-style-type: none"> • Ao incrementar o acesso à água, saneamento básico e a higiene no ambiente de trabalho, não só se tem resultados positivos localmente, como também há ganhos econômicos. • A gestão da higiene menstrual favorece, indiretamente, a consolidação da dignidade e dos direitos humanos. • É fundamental a simbiose entre as práticas de higiene menstrual com ações governamentais, como sistemas de monitoramento de saúde e segurança ocupacional no local de trabalho.
GIROD, C. et al.	2017	<ul style="list-style-type: none"> • Nessa pesquisa qualitativa com alunas de escolas localizadas em assentamentos informais de Nairóbi (Quênia), foi descoberto que meninas de escolas privadas tiveram piores experiências de menstruação quando comparadas com meninas de escolas públicas. • Além disso, havia segregação dos banheiros baseada na religião, assédio por parte dos colegas do sexo masculino e muitas sofreram agressão sexual.

BRITO, MAPR	2021	<ul style="list-style-type: none"> Nesse Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação constata-se que os mitos e os tabus instituídos em torno da menstruação influenciam na dignidade menstrual de muitas mulheres e meninas, que não têm condições suficientes para vivenciar esse período de forma adequada. Nesse sentido, a pobreza menstrual não é simplesmente a falta de acesso aos itens de higiene básica, incluem também a falta de acesso ao saneamento básico e a educação menstrual. Contudo, as questões sociais e políticas referentes a esse tema são ignoradas pelas políticas públicas, ficando restrita a poucas ações isoladas no país.
COAST, E.; et al.	2019	<ul style="list-style-type: none"> Nessa revisão de escopo de evidências relacionadas ao conhecimento e experiências da puberdade e menstruação entre mulheres de 10 a 14 anos em países de baixa e média renda, constata-se que a falta de higiene menstrual afeta negativamente a educação dessas meninas, pois elas são afetadas psicossocial - com seus medos, estresses, constrangimentos e vergonha e na frequência escolar.
SOMMER et al.	2020	<ul style="list-style-type: none"> Importância de uma agenda de gestão da higiene menstrual baseada no “MHM in ten”. Necessidade de se quantificar os avanços na saúde menstrual (M&E)
MONTGOMERY et al.	2016	<ul style="list-style-type: none"> Efeito benéfico na frequência escolar de meninas que receberam absorventes higiênicos e/ou educação puberal em países em desenvolvimento Outros requisitos, como acesso à água e ao sabão, podem influenciar a qualidade de vida.
CRITCHLEY. et al.	2020	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação no conceito de higiene, englobando não somente água e saneamento, como também saúde menstrual.
KHANNAA; DAS	2015	<ul style="list-style-type: none"> O gerenciamento da higiene menstrual perpassa pelo acesso à privacidade e à dignidade humana A escassez de saneamento básico aliada à desigualdade de gênero expõe as mulheres não só a déficits na saúde, como também a assédios sexuais.
RANI; SHARMA; SINGH	2015	<ul style="list-style-type: none"> A carência de conhecimento menstrual por parte de meninas e adolescentes afeta negativamente inúmeros pontos, como o controle das dores e a frequência escolar.
KEISER et al.	2020	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres que fazem tratamento para transtorno de substâncias é um grupo vulnerável para pobreza menstrual.
HENNEGAN; et al.	2020	<ul style="list-style-type: none"> Manter o período menstrual em segredo e o corpo sempre limpo significava ser responsável para as mulheres de Uganda, as quais participaram da pesquisa. Produtos de higiene caros e falta de locais adequados para asseio, geram ansiedade e desconforto.

Fonte: Autoria própria, 2021

A pobreza menstrual não pode ser entendida somente pela escassez de recursos financeiros para adquirir produtos de higiene, mas também como um reflexo dos fatores sociais, como a desigualdade social e de gênero (ASSAD, 2021). Para Critchley et al. (2020), é

fundamental ampliarmos a conceituação, em que o debate deve perpassar pela questão sanitária, mas também ganhar contornos de saúde pública. No que diz respeito à saúde menstrual, sabe-se que muitas pessoas que menstruam reutilizam absorventes descartáveis ou usam artigos inadequados, como miolo de pão e papéis. Isso é preocupante, já que a má higiene nesse período pode gerar vulvovaginites e infecções urinárias (ASSAD, 2021).

Apesar da menstruação ser um período biológico e relacionado à reprodução do ser humano, essa ainda é um tabu na sociedade, visto que se evita falar no assunto e, quando a mulher necessita de um absorvente emprestado, pede-se sussurrando. Assim, essa realidade repleta de paradigmas advém de um histórico em que o sangramento visível era considerado sinônimo de sujeira, impureza e vergonha. Assim, agir como uma mulher responsável seria manter o corpo limpo, bem como conservar a menstruação em segredo (HENNEGAN, 2020, RATTI, 2015).

A ação das propagandas de absorventes, as quais reforçam a construção simbólica da cultura patriarcal, de que a mulher não pode ter interação com o próprio sangue e que deve manter-se pura. Logo, a dificuldade no controle da menstruação representa, para as mulheres do estudo realizado em Uganda, um fracasso na feminilidade e era recebido com repulsa e vergonha (HENNEGAN, 2020, RATTI, 2015).

Nesse contexto, uma exemplificação nítida do preconceito que cerca a menstruação é o receio de ter contato com a água durante esse período apresentado entre as mulheres espanholas da região da Sevilla, logo muitas evitam tomar banho com medo de ficarem loucas (HERMOSA; MEJIA, 2015). Por isso, o movimento feminista tem buscado vencer essas barreiras por meio da promoção de debates sobre o assunto, os quais procuram empoderar as mulheres, reforçar laços entre elas, bem como promover o conhecimento do próprio corpo (RATTI, 2015).

Além desse antecedente segregativo, observa-se que a falta de conhecimento sobre saúde menstrual tem grande impacto no enfrentamento da fase de sangramento por parte de meninas e adolescentes (RANI; SHARMA; SINGH, 2015). Um estudo realizado no Quênia revelou que elas não eram informadas corretamente sobre a menstruação pelos professores, além de receberem a responsabilidade de se prevenirem contra o assédio ou culpabilizadas por este, pois não deveriam “se misturar” com os meninos (GIROD et al, 2017). Logo, as meninas relataram que, após a menstruação, a desigualdade de gênero aumentou, bem como a insegurança e o desconforto, afinal, essa etapa da vida pode ser determinante para o surgimento de reverberações psicossociais, o medo e o estresse (COAST et al, 2019, GIROD et al, 2017).

Outro ponto importante de ser relatado são os próprios insumos e a infraestrutura, a simbiose entre água-saneamento-higiene, em inglês *water, sanitation and hygiene* (WASH), componentes fundamentais à dignidade humana (SOMMER,2016). Nesse sentido, as próprias escolas que não apresentam uma proporção aluno/banheiro adequada, água encanada e têm divisões de acesso aos sanitários quanto à religião, são ambientes susceptíveis para potencializar a precariedade menstrual (GIROD et al, 2017). A influência dessa escassez de recursos é relevante ao ponto de impactar na qualidade de vida da população, em que a simples presença de água e sabão abrem precedentes para a consolidação de direitos humanos básicos (MONTGOMERY, 2016, SOMMER, 2016).

Dessa maneira, um dos questionamentos que advém da falta de produtos de higiene é relacionar a riqueza dos países, porém, o desafio para combater a precariedade menstrual é mais complexo por esbarrar em questões socioeconômicas históricas, em que mulheres de baixa renda detém as maiores repercussões (ROSSOUW; ROSS, 2021). Por isso, para González (2019), a menstruação, quando combinada a pobreza, é capaz de causar disparidades entre as próprias mulheres, criando um ciclo vicioso de exclusão e desigualdade. Porém, é importante considerar o fato de que a falta de higiene menstrual não é exclusividade de países pobres, pois as iniquidades sociais, apesar de terem menores incidências, também atingem os países ricos (MEDINA-PERUCHA et al., 2019).

Mesmo os absorventes higiênicos sendo essenciais para a vida das pessoas que menstruam, eles ainda são altamente tributados em grande parte do mundo e o Brasil é um dos países que mais taxa esses produtos. Nessa óptica, com exceção do estado de Goiás e do Rio de Janeiro, os absorventes femininos não fazem parte dos produtos da cesta básica, o que propaga a ideia de este ser um produto de luxo, assim, age como um mecanismo de manutenção da desigualdade de gênero, pois além de geralmente as mulheres receberem menores salários e terem jornada dupla de trabalho, ainda sofrem com o alto preço dos produtos femininos (NERIS,2020).

Adiciona-se a isso o fato do ambiente laboral ser, por si só, um espaço com potencial para prejudicar o desempenho das empregadoras, visto que empresas que não proporcionam acesso adequado a banheiros e sistemas de descarte limpos e seguros geram ansiedade e desconforto, tornando-as susceptíveis a faltar no trabalho (SOMMER, 2016, HENNEGAN, 2020). Logo, a saúde menstrual deve ser gerenciada nas inúmeras esferas, pois, seja no espaço escolar, seja no local de trabalho ou até mesmo nos centros de transporte, como pontos de ônibus, é perceptível como as mulheres enfrentam barreiras para a higienização plena, mesmo

sendo um parâmetro básico para as condições biológicas imutáveis (NERIS, 2020, SOMMER, 2016, RANI; SHARMA; SINGH, 2015).

Diante disso, falar em precariedade é dialogar sobre políticas públicas capazes de abolir estigmatizações que existem em algumas partes do mundo e que limitam o apoio adequado às pessoas que menstruam e torna a higiene um desafio (ROSSOUW; ROSS, 2021, NERIS, 2020). Sendo assim, é fundamental ter uma agenda governamental que contemple esse âmbito baseado no “MHM in ten”, em que cinco prioridades são estabelecidas para transformar o ambiente escolar em dez anos, como ações de financiamento, bem como de responsabilização a fim de assegurar a saúde da mulher (SOMMER et al., 2020). Nesse sentido, a escola é um dos principais locais para foco de políticas nacionais pois é nesse ambiente que a falta de educação puberal ganha destaque, culminando em casos de assédio que propiciaram a evasão escolar em massa (GIROD et al, 2017, KHANNAA; DAS, 2015, RANI; SHARMA; SINGH, 2015). Sendo assim, seria necessário que projetos de leis em estudos no Plenário Nacional e novos programas estatais sejam instituídos visando a redução da tributação e a distribuição gratuita de produtos higiênicos a essas pessoas que vivem em condições financeiras precárias (BRITO, 2021).

A saúde menstrual pode ainda não ser pauta em inúmeros países, pois o silêncio e o estigma quanto a esse tema fazem com que não esteja entre as prioridades dos governos, escancarando assim vulnerabilidades econômicas de meninas e mulheres por meio de frustrações e condições insalubres na dignidade (BRITO, 2021, GONZÁLEZ, 2019). No estudo de Girod (2017), foi verificado que o governo queniano por meio de um programa de saúde escolar, distribuiu absorventes nas escolas públicas, contudo, não apresentava a regularidade necessária, sendo entregue metade dos absorventes necessários para um ciclo menstrual, muitas vezes. Logo, é fundamental ter sim políticas públicas, mas é imprescindível haver estratégias, como o monitoramento e avaliação (M&E), capazes de acompanhar as ações e criar indicadores de progresso (SOMMER et al., 2020). E claro, identificar grupos altamente vulneráveis, como o das mulheres que estão em tratamento para transtorno por uso de substâncias, que é um estrato social desamparado, em que 81% relataram precariedade no período de sangramento (KEISER, 2015).

4 CONCLUSÃO

Portanto, a precariedade menstrual é entendida, principalmente, como uma reprodução da desigualdade social e de gênero e, também pela escassez de recursos financeiros voltados para o saneamento básico.

Nesse sentido, pode-se supor que o machismo enraizado socialmente e imposto ao período biológico feminino fez com que o assunto se tornasse um tabu social repleto de estereótipos, que resultasse na dificuldade da conservação de uma menstruação digna e livre de pré-conceitos. Além disso, esse precedente causa desconfortos psicossociais e educacionais em meninas e adolescentes, o que gera a maior privação delas das escolas e assim, o que conseqüentemente reforça a desigualdade entre os gêneros, o que as impede de ocupar outros lugares na sociedade por terem seus potenciais limitados diariamente.

Dessa forma, além da falta de conhecimento concedido, as próprias instituições não apresentam infraestrutura e acessos sanitários dignos, como banheiros, sistemas de descarte limpos, água e sabão, para proporcionar o básico para consolidação dos direitos humanos. Sendo assim, é dever nacional o cumprimento de projetos, programas e políticas públicas que visam o combate à precariedade menstrual, sendo de grande importância e emergência social para alcançar a paridade de gênero e a menstruação digna às mulheres.

REFERÊNCIAS

ASSAD, B.F. Políticas Públicas acerca da Pobreza Menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, jan./jun., 2021. Disponível em: <http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRITO, M.A.P.R. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para mulheres e meninas. **SEI/UFG - 2131235 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI)**. 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19809>. Acesso em: 27 set. 2021.

CRITCHLEY, Hilary O. D. et al. Menstruation: science and society. **American Journal of Obstetrics & Gynecology**. v. 223, n. 5, p:624-664, 2020. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0002937820306190?token=5368DB5B99C266F0B06093498908F611F941BC9E49C8EF58319E79CC4C2C55D2F7B383244A5CE37FCFF572CCBC2B481D&originRegion=us-east-1&originCreation=20220127125017>. Acesso em: 26 set. 2021.

GIROD, Candance., et al. Physical, Social, and Political Inequities Constraining Girls' Menstrual Management at Schools in Informal Settlements of Nairobi, Kenya. **Journal of Urban Health**, p. 835–846, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11524-017-0189-3>. Acesso em: 27 set. 2021.

HENNEGAN, Julie., et al. I do what a woman should do': a grounded theory study of women's menstrual experiences at work in Mukono District, Uganda. **BMJ Global Health**. 5:e003433, 2020. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/bmjgh/5/11/e003433.full.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

HERMOSA, A.B.; MEJIA, R.C. Miedos y Temores Relacionados con la Enstrucción: Estudio Cualitativo desde la Perspectiva de Género. Florianópolis: **Texto Contexto**, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XrGBcMhS3pntn74tLvySPqd/?lang=es&format=pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

KEISER, Victoria et al. Menstrual Hygiene Needs Among Women Receiving Substance Use Disorder Treatment. **Obstet Gynecol**. v. 136, n. 4, p.: 768–770, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7529832/>. Acesso em: 29 set. 2021.

KHANNAA, Tina; DAS, Madhumita. Why gender matters in the solution towards safe sanitation? Reflections from rural India. **Glob Public Health**, v. 11, n.10,p:1185-1201, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17441692.2015.1062905?journalCode=rgph20>. Acesso em: 28 set. 2021.

MEDINA-PERUCHA, Laura. et al. Menstrual health and period poverty among young people who menstruate in the Barcelona metropolitan area (Spain): protocol of a mixed-methods study. **BMJ Open**, 10: e035914, 2020. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/10/7/e035914>. Acesso em: 28 set. 2021.

MONTGOMERY, Paul et al. Menstruation and the Cycle of Poverty: A Cluster Quasi-Randomised Control Trial of Sanitary Pad and Puberty Education Provision in Uganda. **Plos**

One, v.11, n.12, p: e0166122, 2016. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0166122>. Acesso em: 28 set. 2021.

RANI, Alka; SHARMA, Manoj Kumar; SINGH, Amarjeet. Practices and perceptions of adolescent girls regarding the impact of dysmenorrhea on their routine life: a comparative study in the urban, rural, and slum areas of Chandigarh. **Int J Adolesc Med Health**, v.28, n.1, p: 3-9, 2015. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/ijamh-2014-0063/html>. Acesso em: 29 set. 2021.

RATTI, C. R. et al. O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0436-1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

ROSSOUW, Laura; ROSS, Hana. Understanding Period Poverty: Socio-Economic Inequalities in Menstrual Hygiene Management in Eight Low- and Middle-Income Countries. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, 18, 2571, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7967348/>. Acesso em: 29 set. 2021.

SOMMER, Marni., et al. Managing menstruation in the workplace: an overlooked issue in low- and middle-income countries. **Int J Equity Health** 15, 86, 2016. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12939-016-0379-8>. Acesso em: 28 set. 2021.

SOMMER, Marni et al. Advancing the measurement agenda for menstrual health and hygiene interventions in low- and middle-income countries. **JoGH**. v. 10, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7100917/>. Acesso em: 29 set. 2021.

UNICEF. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos. UNICEF.2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 29 set.2021.

Vargens, Octavio Muniz da Costa, et al. “A Percepção de Mulheres Sobre a Menstruação: Uma Questão de Solidariedade.” *Rev. Enferm. UERJ*, 2019, pp. e40120–e40120, Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0436-1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021